

**A CONSTRUÇÃO DA LINGUAGEM E O DISCURSO TOTALITÁRIO: DA  
REDUÇÃO DO OUTRO ÀS VIAS DEMOCRÁTICAS DO DIÁLOGO**

**LANGUAGE, DISCOURSE AND TOTALITARIANISM: FROM THE REDUCTION  
OF THE OTHER TO THE DEMOCRATIC PATHS OF DIALOGUE**

**LA CONSTRUCCIÓN DEL LENGUAJE Y EL DISCURSO TOTALITARIO: DE LA  
REDUCCIÓN DEL OTRO A LAS VÍAS DEMOCRÁTICAS DEL DIÁLOGO**



10.56238/revgeov17n4-005

**Antonio Coêlho Soares Junior**

Doutor em Direito

Instituição: Università degli Studi Roma Ter

E-mail: antonio.coelho@ufma.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9061637440474333>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3408-9915>

**Joaquim Ribeiro de Souza Junior**

Doutorando em Direito

Instituição: Pontificia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

E-mail: joaquimjunior33@gmail.com

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3574109956957619>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3488-5508>

**Isabella Holanda da Silva**

Graduada em Direito

Instituição: Universidade Federal do Maranhão

E-mail: isa.bella1895@hotmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1577940080377071>

---

**RESUMO**

O presente artigo tem por objetivo analisar a relação entre a constituição da linguagem e a centralidade do discurso na participação do indivíduo no âmbito social, partindo da hipótese de que a predominância de discursos monolíticos favorece a emergência de regimes totalitários, os quais buscam, de maneira sistemática, a uniformização cultural e social, convertendo toda forma de alteridade em ameaça a ser eliminada, contribuindo, assim, para a construção de uma lógica de exclusão e potenciais conflitos sociais e políticos. A pesquisa adota o método hipotético-dedutivo, com base em revisão bibliográfica, mobilizando, no campo da filosofia da linguagem, as contribuições de Michel Foucault e Ludwig Wittgenstein acerca da formação e funcionamento da linguagem. No que concerne à análise do totalitarismo e da constituição do discurso autoritário, recorre-se às reflexões de Hannah Arendt e Claude Lefort. Por fim, o estudo enfatiza a importância da inclusão do outro e do diálogo, a partir da perspectiva habermasiana, como elementos fundamentais para a preservação de sociedades democráticas e para a resistência à consolidação de estruturas totalitárias.



**Palavras-chave:** Diálogo. Discurso. Totalitarismo.

#### **ABSTRACT**

This article aims to analyze the relationship between the constitution of language and the central role of discourse in the individual's participation within the social sphere, based on the hypothesis that the predominance of monolithic discourses fosters the emergence of totalitarian regimes. Such regimes systematically seek cultural and social homogenization, transforming all forms of alterity into threats to be eliminated, thereby contributing to the construction of exclusionary logics and potential social and political conflicts. The study adopts a hypothetical-deductive method, grounded in bibliographic research, and draws on the contributions of Michel Foucault and Ludwig Wittgenstein in the field of philosophy of language, particularly regarding the formation and functioning of language. With respect to totalitarianism and the construction of authoritarian discourse, the analysis is supported by the theoretical frameworks of Hannah Arendt and Claude Lefort. Finally, the article emphasizes the importance of the inclusion of the other and the role of dialogue, from a Habermasian perspective, as fundamental elements for the preservation of democratic societies and for resisting the consolidation of totalitarian structures.

**Keywords:** Dialogue. Discourse. Totalitarianism.

#### **RESUMEN**

El presente artículo tiene por objeto analizar la relación entre la constitución del lenguaje y la centralidad del discurso en la participación del individuo en el ámbito social, partiendo de la hipótesis de que el predominio de discursos monolíticos favorece la emergencia de regímenes totalitarios, los cuales buscan, de manera sistemática, la uniformización cultural y social, convirtiendo toda forma de alteridad en una amenaza que debe ser eliminada, contribuyendo, de este modo, a la construcción de una lógica de exclusión y de potenciales conflictos sociales y políticos. La investigación adopta el método hipotético-deductivo, con base en revisión bibliográfica, movilizándolo, en el campo de la filosofía del lenguaje, las contribuciones de Michel Foucault y Ludwig Wittgenstein acerca de la formación y del funcionamiento del lenguaje. En lo que concierne al análisis del totalitarismo y de la constitución del discurso autoritario, se recurre a las reflexiones de Hannah Arendt y Claude Lefort. Por último, el estudio enfatiza la importancia de la inclusión del otro y del diálogo, desde la perspectiva habermasiana, como elementos fundamentales para la preservación de sociedades democráticas y para la resistencia a la consolidación de estructuras totalitarias.

**Palabras clave:** Diálogo. Discurso. Totalitarismo.



## 1 INTRODUÇÃO

A relação entre linguagem, discurso e organização social constitui um dos eixos centrais das reflexões contemporâneas sobre democracia e poder. Longe de se limitar a um instrumento neutro de comunicação, a linguagem configura-se como espaço de disputa simbólica, no qual se produzem sentidos, se estruturam relações de poder e se definem os limites da inclusão e da exclusão social. Nesse contexto, a forma como os discursos são construídos e legitimados exerce papel decisivo na constituição de práticas sociais e políticas, podendo tanto favorecer ambientes democráticos quanto viabilizar estruturas de dominação.

Parte-se, neste estudo, da hipótese de que a predominância de discursos monolíticos — caracterizados pela negação da pluralidade e pela deslegitimação da alteridade — cria condições propícias para a emergência de dinâmicas totalitárias. Tais dinâmicas operam por meio da uniformização simbólica e da redução do outro à condição de ameaça, o que compromete a possibilidade de diálogo e enfraquece os fundamentos da convivência democrática.

Para desenvolver essa análise, o artigo mobiliza, inicialmente, as contribuições de Michel Foucault e Ludwig Wittgenstein, cujas reflexões permitem compreender a linguagem não apenas como representação, mas como prática social situada, atravessada por regras, usos e relações de poder. Em seguida, recorre-se às formulações de Hannah Arendt e Claude Lefort, a fim de examinar os mecanismos de constituição do totalitarismo e a centralidade do discurso na manutenção de regimes autoritários.

Por fim, a partir da perspectiva de Jürgen Habermas, discute-se a importância da inclusão do outro e do diálogo como condições normativas essenciais para a consolidação de sociedades democráticas. Defende-se que a abertura à pluralidade de vozes e o reconhecimento da alteridade não apenas fortalecem o espaço público, mas também atuam como formas de resistência às tendências totalizantes presentes em diferentes contextos históricos e sociais.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa adota uma abordagem teórico-analítica, orientada pelo método hipotético-dedutivo, com base em revisão bibliográfica de caráter qualitativo. A investigação estrutura-se a partir de uma reconstrução conceitual e comparativa das contribuições de Michel Foucault, Ludwig Wittgenstein, Hannah Arendt, Claude Lefort e Jürgen Habermas, buscando identificar pontos de convergência e tensão entre suas perspectivas no que se refere à linguagem, ao discurso e às formas de organização social. A partir dessa articulação teórica, procede-se à análise crítica das condições que favorecem a emergência de discursos totalitários, bem como das possibilidades normativas de sua superação no interior de regimes democráticos.



## 2 A LINGUAGEM COMO REPRESENTAÇÃO DO PENSAMENTO

### 2.1 A FORMAÇÃO DA LINGUAGEM EM MICHEL FOUCAULT

A compreensão da linguagem, no pensamento de Michel Foucault, afasta-se de perspectivas que a concebem como mero instrumento de representação do real, assumindo-a como prática historicamente situada e indissociável das relações de poder. Nesse sentido, a linguagem não se limita a descrever o mundo, mas participa ativamente da sua constituição, operando como um dos principais meios pelos quais se produzem saberes, se organizam discursos e se estruturam formas de dominação.

Em sua fase arqueológica, especialmente na obra *As Palavras e as Coisas*, Foucault introduz o conceito de *epistémê* como a configuração histórica que define as condições de possibilidade dos saberes em determinado período. A linguagem, nesse contexto, não é compreendida como um sistema neutro, mas como parte de uma ordem mais ampla que delimita o que pode ser dito, pensado e reconhecido como verdadeiro. Assim, o conhecimento deixa de ser visto como simples acúmulo progressivo e passa a ser entendido como efeito de estruturas históricas que organizam os discursos.

A linguagem, nesse sentido, encontra-se intrinsecamente vinculada ao mundo, não apenas como meio de sua representação, mas como elemento constitutivo das formas pelas quais ele é compreendido e organizado. Por meio da linguagem, constroem-se conceitos, ao mesmo tempo em que se tornam possíveis os processos de problematização e ressignificação do real. Ademais, é a linguagem que estabelece a mediação entre o sujeito e o mundo, configurando um campo de experiência no qual se produzem sentidos e se estruturam formas de compreensão da realidade.

Importa destacar, contudo, que essa relação não deve ser interpretada a partir de categorias ontológicas alheias ao pensamento foucaultiano. Ainda que haja influência de Martin Heidegger em determinados momentos de sua trajetória intelectual, Michel Foucault não adota diretamente conceitos como *Dasein*<sup>1</sup>, privilegiando, em sua análise, a investigação das condições históricas e discursivas que tornam possível a emergência dos saberes e das formas de subjetivação.

Nesse contexto, é possível identificar dois momentos fundamentais que influenciam a compreensão foucaultiana acerca do conhecimento. O primeiro refere-se ao período anterior ao século XVII, no qual o saber se organizava predominantemente a partir da busca por semelhanças e correspondências entre os elementos do mundo. Nessa configuração, o conhecimento não se estruturava por rupturas ou distinções rigorosas, mas por relações de analogia, em que os discursos tendiam a reproduzir e reiterar aquilo que pretendiam explicar (FOUCAULT, p. 57). Assim, mesmo quando havia tentativas de interpretação ou crítica, estas permaneciam fortemente vinculadas ao objeto

---

<sup>1</sup> *Dasein* é um conceito central na filosofia de Martin Heidegger, especialmente desenvolvido em *Ser e Tempo* (1927), que pode ser traduzido como “ser-aí” ou “ser-no-mundo”. O termo designa o modo de existência próprio do ser humano, caracterizado por sua abertura ao mundo, sua capacidade de compreender o ser e sua inserção em um contexto histórico e relacional. Embora tenha exercido influência indireta sobre diversos pensadores do século XX, incluindo Michel Foucault em momentos iniciais de sua trajetória, o conceito não é adotado de forma sistemática em sua obra, que privilegia a análise das condições históricas e discursivas de produção do saber.



analisado, produzindo variações que, embora distintas em aparência, mantinham uma proximidade estrutural com o discurso original. Desse modo, a linguagem operava como um mecanismo de reiteração contínua, no qual os sentidos se desdobravam indefinidamente a partir de relações de semelhança, gerando uma cadeia interpretativa que não rompia com seu ponto de origem, mas o reproduzia sob novas formas (FOUCAULT, p. 57).

O segundo momento relevante para a compreensão do pensamento foucaultiano emerge no século XX, especialmente a partir da década de 1960, quando a linguagem passa a ser problematizada não apenas como sistema de representação, mas como elemento constitutivo das práticas discursivas. Nesse período, Foucault desloca sua análise para as condições históricas que tornam possíveis os saberes, evidenciando que aquilo que pode ser dito, pensado e reconhecido como verdadeiro está condicionado por estruturas discursivas específicas.

Na década seguinte, observa-se um aprofundamento dessa perspectiva, com a incorporação mais explícita das relações entre saber, poder e subjetividade. A linguagem, nesse contexto, deixa de ser concebida apenas como meio de expressão e passa a ser compreendida como prática que participa ativamente da produção de verdades e da constituição dos sujeitos.

É nesse horizonte que se insere a noção de *parrhesia*<sup>2</sup>, desenvolvida por Foucault em seus cursos tardios, entendida como a prática do dizer verdadeiro, na qual o sujeito assume uma relação ética com a verdade, expressando-se de forma franca e responsável, mesmo diante de possíveis riscos. Tal conceito reforça a dimensão ética e política do discurso, evidenciando que a linguagem pode operar não apenas como instrumento de poder, mas também como espaço de resistência e de constituição crítica do sujeito.

Além da noção de *parrhesia*, destaca-se também o conceito de *epistémê*<sup>3</sup>, por meio do qual Foucault estabelece uma articulação entre linguagem, cultura e formas de conhecimento. Trata-se da estrutura histórica que delimita as condições de possibilidade dos saberes em determinada época, definindo os critérios a partir dos quais algo pode ser reconhecido como verdadeiro. Nesse sentido, a *epistémê* não se reduz a um domínio específico, mas abrange diferentes campos do saber — como a linguagem, a economia e a biologia — evidenciando a existência de uma ordem subjacente que orienta a produção de conhecimento em cada período histórico.

Nesse contexto, torna-se possível compreender a transição entre o período clássico e a modernidade no que se refere à organização dos saberes sobre a linguagem. No período clássico, a linguagem era concebida fundamentalmente como um sistema de representação, estruturado pela

---

<sup>2</sup> A concepção de *parrhesia* se dá como experiência do dizer-verdadeiro, que se torna relevante na segunda parte do século XX, proposta por Michel Foucault, como também por Pierre Hadot, e Martha Nussbaum.

<sup>3</sup> *Epistémê* trata de uma necessária ordem do saber, “um princípio de ordenação histórica dos saberes anterior à ordenação do discurso estabelecida pelos critérios de cientificidade (...) a configuração, a disposição que o saber assume em determinada época e que lhe confere uma positividade” (p. 148-149). MACHADO, R. *Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Foucault*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.



relação entre signos e coisas, no qual predominava a busca por uma correspondência ordenada e transparente entre as palavras e o mundo.

Nesse horizonte, o funcionamento da linguagem estava orientado por princípios de classificação e ordenação, nos quais a análise dos signos — frequentemente compreendidos a partir da articulação entre significante e significado — visava garantir a inteligibilidade do real. Cumpre destacar que parte das influências mobilizadas por Foucault na análise desse período remete à tradição racionalista, especialmente à Gramática Geral de Port-Royal, que buscava estabelecer fundamentos universais para a linguagem com base em estruturas lógicas e cognitivas<sup>4</sup>.

Ademais, ao avançar para as análises desenvolvidas por Michel Foucault a partir da década de 1970, observa-se um aprofundamento na articulação entre saber, linguagem e poder. Nesse contexto, o conhecimento deixa de ser compreendido como instância neutra, passando a ser concebido como resultado de práticas discursivas historicamente situadas, por meio das quais se estabelecem regimes de verdade e se organizam relações de poder.

Assim, a linguagem não apenas veicula o conhecimento, mas participa ativamente de sua constituição, tornando-se elemento central na produção e na legitimação dos saberes. Entre os desdobramentos dessa perspectiva, destaca-se a centralidade do discurso como espaço de disputa e de produção de sentido, no qual se tornam possíveis tanto a reprodução de estruturas de dominação quanto a abertura para práticas críticas.

Nesse horizonte, o diálogo assume papel relevante enquanto condição para a circulação de diferentes perspectivas e para a problematização dos discursos estabelecidos, configurando-se como elemento fundamental para a liberdade de pensamento — aspecto que será retomado e aprofundado nas seções posteriores.

Nessa perspectiva, ao desenvolver suas análises sobre as relações entre saber e poder, Michel Foucault desloca o enfoque da compreensão do conhecimento como instância meramente normativa ou moral, passando a investigá-lo como prática historicamente situada, atravessada por relações de poder. Em seus cursos tardios, especialmente em *O Governo de Si e dos Outros*, o autor retoma a filosofia antiga — com destaque para a tradição socrático-platônica — a fim de examinar as formas pelas quais o sujeito se constitui na relação com a verdade.

Nessa leitura, a ênfase recai sobre os modos de subjetivação, isto é, sobre os processos pelos quais os indivíduos se constituem como sujeitos a partir de práticas discursivas e éticas. A verdade, nesse contexto, não é compreendida como dado absoluto ou universal, mas como algo que se constrói na relação entre o sujeito e os regimes de verdade vigentes, abrindo espaço para formas críticas de posicionamento frente aos discursos dominantes.

---

<sup>4</sup> A Gramática de Port-Royal foi publicada no ano de 1660 com a finalidade apresentar respostas às insatisfações com a gramática renascentista. Busca inicialmente o rigor científico, baseado em fundamentos do racionalismo francês proposto por René Descartes



É nesse horizonte que se insere a noção de *parrhesia*, entendida como a prática do dizer verdadeiro, na qual o sujeito assume o compromisso de enunciar a verdade de forma franca, mesmo diante de riscos. Inspirado na experiência da democracia ateniense, Foucault evidencia que tal prática pressupõe a possibilidade de confronto entre perspectivas distintas, sendo o dissenso elemento constitutivo da vida pública.

Com o desenvolvimento histórico das formas de organização social, observa-se, contudo, um deslocamento dessa prática em direção a formas de discurso orientadas predominantemente pela retórica, nas quais a persuasão passa a ocupar lugar central. Nesse processo, o discurso tende a se dissociar do compromisso ético com a verdade, priorizando a eficácia argumentativa em detrimento da autenticidade do enunciado, o que contribui para a fragilização de seu potencial crítico.

## 2.2 APONTAMENTOS ACERCA DA LINGUAGEM PARA LUDWIG WITTGENSTEIN

Feitas as considerações iniciais acerca da perspectiva foucaultiana, passa-se à análise da concepção de linguagem desenvolvida por Ludwig Wittgenstein, especialmente a partir de sua obra *Investigações Filosóficas* (1953). Nesse contexto, o filósofo desloca o enfoque de uma compreensão essencialista da linguagem para uma abordagem pragmática, na qual o significado não é determinado por uma essência fixa, mas pelo uso efetivo das expressões em contextos concretos de interação.

Assim, a linguagem passa a ser compreendida como uma atividade social, estruturada por práticas compartilhadas no interior de uma comunidade. O funcionamento linguístico, nesse sentido, não se baseia em regras abstratas e universais, mas em formas de uso que se consolidam no cotidiano, orientando a compreensão mútua entre os participantes.

É nesse horizonte que se insere a noção de “jogos de linguagem”, por meio da qual Wittgenstein evidencia que falar uma língua é participar de um conjunto de práticas reguladas por convenções socialmente estabelecidas. Tais jogos não possuem fronteiras rígidas ou completamente fixas, mas apresentam regularidades que permitem o reconhecimento e a inteligibilidade dos enunciados, evidenciando o caráter dinâmico e contextual da linguagem.

Em *Investigações Filosóficas*, Ludwig Wittgenstein propõe uma inflexão decisiva na compreensão da linguagem ao destacar que o significado das palavras está intrinsecamente ligado ao seu uso em contextos específicos (WITTGENSTEIN, 1996). Nesse sentido, a atribuição de nomes ou denominações não se realiza de forma isolada ou puramente mental, mas pressupõe a inserção do sujeito em práticas compartilhadas, nas quais já se sabe como empregar determinadas expressões.

A partir dessa perspectiva, a linguagem não pode ser compreendida como produto exclusivo de estados internos ou subjetivos, uma vez que seu funcionamento depende de critérios públicos de uso, construídos no interior de uma comunidade linguística. O significado, portanto, não antecede o uso,



mas emerge dele, sendo continuamente estabilizado pelas práticas sociais que possibilitam a compreensão mútua entre os falantes.

Nesse contexto, Wittgenstein problematiza a ideia de uma linguagem privada, argumentando que a linguagem pressupõe necessariamente a possibilidade de compartilhamento e verificação intersubjetiva. Falar uma língua, assim, implica participar de formas de vida nas quais os sentidos são constituídos e reconhecidos coletivamente.

Ademais, ao desenvolver a noção de jogos de linguagem, o autor evidencia que as práticas linguísticas são reguladas por convenções que orientam o uso das expressões, sem que isso implique a existência de regras rígidas ou absolutamente fixas. Ao contrário, tais regras estão sujeitas a variações e podem, em determinadas situações, revelar limites ou tensões, como o próprio autor sugere ao observar que, ao seguirmos regras previamente estabelecidas, podemos nos deparar com dificuldades imprevistas em sua aplicação (WITTGENSTEIN, 1996, p. 74).

Desse modo, a filosofia wittgensteiniana evidencia o caráter dinâmico, público e prático da linguagem, afastando-se tanto de concepções estritamente mentalistas quanto de modelos que pressupõem sistemas normativos totalmente fechados.

A partir das proposições anteriormente examinadas, é possível extrair algumas consequências relevantes para a compreensão da linguagem no pensamento de Ludwig Wittgenstein. Em primeiro lugar, não se trata de negar a possibilidade de atribuição de verdade ou falsidade às proposições, mas de reconhecer que tais critérios não decorrem de uma correspondência direta e imediata entre linguagem e realidade. Ao contrário, os critérios de validade estão vinculados aos contextos de uso e às práticas linguísticas nas quais os enunciados são empregados.

Desse modo, a análise wittgensteiniana desloca o problema da verdade para o âmbito das práticas, evidenciando que o significado e a inteligibilidade das proposições dependem das regras e formas de vida compartilhadas pelos falantes. Tal perspectiva não implica a rejeição do conhecimento empírico, mas questiona a ideia de que ele possa ser fundamentado exclusivamente em dados sensoriais isolados, desvinculados dos contextos linguísticos e sociais em que são interpretados.

Nesse sentido, a preocupação central de Wittgenstein recai sobre a clareza no uso da linguagem e sobre a compreensão das regras que orientam as práticas discursivas, diferindo da abordagem de Michel Foucault, que enfatiza a relação entre discurso, poder e produção de saber. Enquanto Wittgenstein busca elucidar os modos pelos quais a linguagem opera no interior de formas de vida, Foucault investiga as condições históricas e institucionais que estruturam os regimes de verdade, sem, contudo, reduzir a análise à mera clareza formal, mas destacando os efeitos de poder implicados na circulação dos discursos.

Ademais, é possível identificar pontos de convergência entre as perspectivas de Ludwig Wittgenstein e Michel Foucault, ainda que situadas em horizontes teóricos distintos. Em Wittgenstein,



a noção de jogos de linguagem evidencia que o significado emerge do uso em práticas sociais compartilhadas, sendo inseparável das formas de vida nas quais a linguagem se insere. Por sua vez, Foucault, ao tratar dos chamados jogos de verdade, analisa os mecanismos pelos quais determinados enunciados passam a ser reconhecidos como verdadeiros em contextos históricos específicos, a partir de relações entre saber e poder<sup>5</sup>. Embora não sejam conceitos equivalentes, ambos os autores convergem ao rejeitar a ideia de uma verdade absoluta e atemporal, destacando que os critérios de validade e sentido estão condicionados por práticas sociais, históricas e institucionais. Nesse sentido, tanto os jogos de linguagem quanto os jogos de verdade evidenciam o caráter situado da produção de sentido, ainda que sob enfoques distintos: pragmático, no caso de Wittgenstein, e histórico-discursivo, no caso de Foucault.

A partir das convergências anteriormente delineadas, bem como dos elementos centrais que estruturam o pensamento de Ludwig Wittgenstein e Michel Foucault, estabelecem-se as bases teóricas para o desenvolvimento das análises subsequentes. Nesse sentido, a articulação entre linguagem, discurso e práticas sociais permite evidenciar a centralidade do discurso na constituição das relações sociais, bem como na definição das condições de igualdade entre os sujeitos.

Desse modo, a valorização da pluralidade discursiva e o reconhecimento do outro como interlocutor legítimo configuram-se como elementos fundamentais para a sustentação de ambientes democráticos, nos quais o dissenso e a diversidade de perspectivas não apenas são admitidos, mas constituem condição indispensável para o desenvolvimento crítico do pensamento.

### **3 UMA BREVE ANÁLISE SOBRE O TOTALITARISMO**

Ao iniciar uma discussão acerca do Totalitarismo, é necessário rememorar que existem diversas perspectivas sobre esta temática, por esta razão, salienta-se que os conceitos balizadores deste tópico serão baseados pelo pensamento da filósofa alemã Hannah Arendt.

Na perspectiva de Hannah Arendt, o totalitarismo apresenta características específicas que o distinguem de outras formas de dominação política. De modo geral, trata-se de um regime marcado pela pretensão de controle total sobre a vida dos indivíduos, estendendo-se a todas as esferas da existência e operando por meio da submissão integral da população (ARENDR, 1989, p. 375). Nesse contexto, o terror não se limita a um instrumento pontual de repressão, mas assume função estruturante, sendo utilizado de forma sistemática como mecanismo de governo e de manutenção da obediência das massas (ARENDR, 1989, p. 26).

Ademais, diferentemente de regimes autoritários tradicionais, nos quais o poder tende a se manifestar predominantemente na esfera pública e institucional, o totalitarismo avança sobre a

---

<sup>5</sup> Jogos de verdade são determinados pelo compilado de regramentos de produção de verdade, sendo que o indivíduo que determina o que se pode declarar como verdade são homens livres, os quais concordam entre si e estão imersos em uma comunidade específica, e suas instituições, conforme leciona Foucault

dimensão interna dos indivíduos, buscando moldar não apenas suas ações, mas também suas percepções e modos de pensar. Tal dinâmica intensifica a experiência do medo, não apenas como reação a ameaças externas, mas como elemento internalizado, que orienta comportamentos e contribui para a reprodução das estruturas de dominação.

Hannah Arendt estabelece uma distinção fundamental entre o totalitarismo e outras formas de dominação política, como as tiranias e ditaduras. Embora essas também possam recorrer ao medo e à violência como instrumentos de controle, no totalitarismo o terror assume uma função qualitativamente distinta, deixando de ser apenas um meio de repressão para se tornar um princípio estruturante do próprio regime, operando de forma contínua e abrangente sobre a totalidade da vida social. Nesse contexto, dissolve-se a distinção entre inimigo interno e externo, uma vez que qualquer indivíduo pode ser potencialmente identificado como ameaça, o que contribui para a generalização da insegurança e da instabilidade (ARENDR, 1989).

Ademais, a autora destaca um fenômeno particularmente relevante: a internalização e reprodução do discurso autoritário pelos próprios indivíduos submetidos ao regime. Tal dinâmica não se limita à coerção direta, mas envolve mecanismos de adesão, nos quais os sujeitos passam a reproduzir, de forma mimética, os padrões ideológicos dominantes, seja por medo, seja pela necessidade de pertencimento ou pela busca de reconhecimento dentro da estrutura de poder.

Por fim, o conceito de totalitarismo em Arendt não se reduz a modelos históricos específicos, configurando-se como uma forma singular de dominação. Nesse sentido, a autora evidencia que, em tais regimes, o poder não se manifesta necessariamente nas instâncias mais visíveis do aparato estatal, podendo operar de maneira difusa e opaca, de modo que organizações menos aparentes concentram maior capacidade de controle — dinâmica que expressa a complexidade e a profundidade das estruturas totalitárias (ARENDR, 1989, p. 453).

No pensamento de Hannah Arendt, destaca-se que a dominação totalitária não se sustenta exclusivamente por meio da coerção direta, mas também envolve formas de adesão que podem assumir aparência de voluntariedade. Nesse contexto, os indivíduos são levados a abrir mão de liberdades e direitos em nome de uma suposta proteção oferecida pelo Estado, o que revela a eficácia dos mecanismos ideológicos na produção de conformidade social.

Tal dinâmica não implica uma escolha plenamente livre, mas está inserida em estruturas que limitam as possibilidades reais de ação e de participação política, produzindo uma sensação de engajamento que, muitas vezes, encobre a reprodução de interesses e discursos dominantes. A aparente participação no enfrentamento de ameaças — frequentemente construídas ou amplificadas pelo próprio regime — contribui para a legitimação de práticas que restringem a pluralidade e enfraquecem a autonomia dos sujeitos.



Nesse sentido, a consolidação de discursos homogêneos e a deslegitimação de perspectivas divergentes configuram elementos centrais das estruturas totalitárias, nas quais a liberdade não é simplesmente negada de forma explícita, mas progressivamente esvaziada em sua dimensão prática. Como observa Arendt, o caráter mais inquietante desses regimes não reside apenas na supressão direta da liberdade, mas na concepção de que ela pode — e deve — ser sacrificada em nome de um suposto desenvolvimento histórico, cujo curso se pretende necessário e inevitável (ARENDR, 1989, p. 51).

No âmbito do totalitarismo, conforme analisado por Hannah Arendt, observa-se uma ruptura significativa entre a produção de conhecimento e a experiência concreta da realidade. Tal fenômeno se manifesta na construção de narrativas que se apresentam como verdades coerentes e autoevidentes, ainda que desvinculadas dos fatos, contribuindo para a consolidação de sistemas ideológicos fechados.

Nesse contexto, a formação de grandes massas desarticuladas social e politicamente desempenha papel fundamental. Segundo Arendt, a viabilidade do domínio totalitário está associada à existência de populações consideradas “supérfluas”, cuja eliminação ou sacrifício não gera, em termos estruturais, consequências imediatas que comprometam a ordem social (ARENDR, 1989, p. 361).

A adesão a tais dinâmicas não decorre de uma relação direta com a realidade empírica, mas da internalização de construções ideológicas que projetam cenários futuros — frequentemente improváveis — como justificativa para a manutenção do poder. Desse modo, discursos desconectados da experiência concreta tornam-se socialmente eficazes, na medida em que oferecem explicações totalizantes e mobilizam a ação coletiva, mesmo quando baseados em premissas frágeis ou distorcidas.

### 3.1 A FORMAÇÃO DO DISCURSO AUTORITÁRIO

Após a análise do conceito de totalitarismo desenvolvido por Hannah Arendt, passa-se à investigação das contribuições de Slavoj Žižek acerca da constituição da realidade no interior dos discursos ideológicos e da submissão do sujeito em contextos totalitários. Para tanto, toma-se como referência a obra *O mais sublime dos histéricos: Hegel com Lacan*, na qual o autor articula elementos da psicanálise lacaniana e da filosofia hegeliana para compreender a dinâmica da ideologia.

Nesse quadro teórico, Žižek propõe que o vínculo social em contextos totalitários não se sustenta apenas por imposições externas, mas pela internalização de estruturas fantasmáticas que orientam o desejo dos sujeitos. Em outras palavras, a ideologia não opera somente no nível consciente, mas estrutura a própria forma como os indivíduos percebem a realidade e se relacionam com ela. Assim, a distinção entre norma social e desejo subjetivo tende a se dissolver, fazendo com que a adesão ao sistema se dê não apenas por coerção, mas também por investimento libidinal (ŽIŽEK, 1991, p. 157).

Nessa perspectiva, o discurso totalitário não apenas impõe uma ordem, mas mobiliza o desejo ao apresentar determinados ideais como objetos de identificação coletiva. O poder, nesse contexto, não



se limita à dominação externa, mas se realiza na medida em que é reconhecido e desejado pelos próprios sujeitos, o que evidencia a centralidade do Outro enquanto instância de validação simbólica.

Desse modo, a violência associada a tais regimes não se restringe à dimensão física, mas se manifesta também na forma de submissão simbólica, na qual os indivíduos passam a se identificar com os próprios mecanismos que os dominam. Tal dinâmica compromete a capacidade crítica do sujeito, que deixa de se posicionar como agente reflexivo e passa a reproduzir, de maneira reiterada, os discursos que sustentam a estrutura de poder.

A problemática central desloca-se, nesse contexto, para os modos de legitimação do discurso, que deixam de se ancorar em processos argumentativos orientados pela reflexão crítica e passam a privilegiar estratégias retóricas voltadas à obtenção de adesão e à imposição de determinados sentidos. Nesse cenário, o êxito do discurso não decorre de sua consistência racional, mas de sua capacidade de se afirmar como dominante, mesmo em contextos de fragilidade argumentativa.

Desse modo, os sujeitos alinhados a estruturas discursivas de caráter totalitário tendem a operar no sentido de restringir o campo do dissenso, buscando eliminar ou deslegitimar perspectivas alternativas, de forma a preservar a aparência de unidade e incontestabilidade. Tal dinâmica pode implicar o uso de mecanismos simbólicos e, em certos contextos, de práticas coercitivas, que visam impedir a emergência de discursos concorrentes.

Nesse processo, a construção do inimigo — ou do “Outro” — desempenha papel fundamental. A desqualificação sistemática de sujeitos ou grupos, por meio de sua redução a categorias desprovidas de legitimidade ou reconhecimento, contribui para a erosão da empatia e para a naturalização de práticas de exclusão. Assim, a violência, tanto simbólica quanto material, passa a ser justificada como resposta necessária à neutralização de uma alteridade previamente desumanizada.

### 3.2 O ENFRAQUECIMENTO DO OUTRO PARA DESLEGITIMAR DISCURSOS

A igualdade entre os indivíduos constitui condição fundamental para a existência do diálogo, entendido não apenas como troca comunicativa, mas como prática que pressupõe reconhecimento mútuo entre os interlocutores. Nessa perspectiva, a dimensão paritária não se refere às características individuais dos sujeitos, mas à atribuição de valor e legitimidade às suas posições no espaço discursivo. É nesse contexto que a ideologia desempenha uma função social relevante, ao possibilitar a articulação de sujeitos em torno de referenciais comuns, estruturando formas de pertencimento que se constituem como práticas sociais e políticas.

O discurso legitimador, por sua vez, encontra-se frequentemente vinculado a estruturas institucionais, operando como mecanismo de justificação de normas, valores e práticas socialmente aceitas. Tal discurso pode manifestar-se em diferentes esferas, desde interações cotidianas até



formulações mais complexas no âmbito político e jurídico, conferindo sentido e validade a determinadas ordens sociais a partir de referenciais historicamente situados.

Contudo, a mera existência de discursos legitimadores não é suficiente para caracterizar um ambiente democrático. A democracia pressupõe a abertura ao dissenso, à pluralidade de perspectivas e ao confronto de ideias, elementos indispensáveis para a construção de um espaço público dinâmico. É precisamente no interior desses conflitos — especialmente no plano ideológico — que se torna possível observar os mecanismos de deslegitimação do outro, fenômeno que se intensifica em contextos totalitários.

Nesses cenários, a manutenção da dominação frequentemente se apoia na construção de narrativas que produzem a percepção de ameaça, direcionando a atenção coletiva para inimigos externos ou internos. Tais discursos tendem a incidir de forma mais intensa sobre grupos vulneráveis, cuja identidade é progressivamente desestruturada por meio de processos de estigmatização e desqualificação. Ao enfraquecer a legitimidade de suas vozes, limita-se também sua capacidade de participação no espaço público.

Como consequência, a imposição de uma ordem discursiva homogênea contribui para a fragmentação das relações sociais e para a internalização do medo, levando os indivíduos a adotarem posturas defensivas e pouco reflexivas. Nesse contexto, o enfraquecimento da alteridade compromete as condições de possibilidade do diálogo, substituindo a pluralidade por relações hierárquicas marcadas pela assimetria entre autoridade e submissão. A violência, tanto simbólica quanto material, emerge, assim, como instrumento de manutenção dessa estrutura, frequentemente legitimada pela desumanização prévia daqueles que passam a ser identificados como ameaça.

#### **4 O SIMBOLISMO TOTALITÁRIO**

Após a análise dos mecanismos de deslegitimação do outro e da consolidação de discursos autoritários, torna-se relevante incorporar as contribuições de Claude Lefort acerca da dimensão simbólica do poder e de suas implicações para a compreensão da democracia e do totalitarismo (LEFORT, 1981). Dialogando com a tradição política, especialmente a partir de leituras de Maquiavel, Lefort propõe uma reflexão sobre as transformações que marcam a passagem das formas absolutistas de poder para a experiência democrática. Nesse contexto, a democracia é compreendida como um regime marcado por uma estrutura simbólica singular, na qual o poder não se encontra incorporado em uma figura ou instância fixa, mas se apresenta como um lugar vazio (LEFORT, 1981). Isso significa que, diferentemente das formas absolutistas — em que o poder se identificava com o corpo do soberano —, na democracia não há um sujeito que possa reivindicar sua posse definitiva. Tal característica implica a abertura permanente do espaço político ao conflito, à disputa e à pluralidade de perspectivas. A partir dessa concepção, Lefort critica as tentativas de recomposição de uma unidade fictícia do corpo



social, frequentemente associadas a discursos que pretendem representar o “povo” como uma entidade homogênea — o chamado Povo-Uno (LEFORT, 1981). Nesses casos, observa-se uma tendência de reencarnação simbólica do poder, que se desloca da figura do soberano para estruturas como partidos ou lideranças políticas que reivindicam representar integralmente a vontade coletiva, abrindo espaço para dinâmicas de caráter totalitário.

É nesse horizonte que se insere a noção de desincorporação, desenvolvida por Lefort para descrever o processo pelo qual o poder deixa de estar ancorado em uma figura central e passa a ser objeto de disputa no interior da sociedade. Tal transformação, associada à queda dos regimes absolutistas, rompe com a unidade simbólica anteriormente garantida pelo soberano e inaugura uma ordem na qual os indivíduos já não se encontram vinculados por uma identidade política unificada.

Nesse cenário, a introdução de mecanismos como o sufrágio universal não implica a formação de uma vontade coletiva homogênea, mas, ao contrário, reforça o caráter contingente e provisório da representação política. Assim, a democracia se configura como um regime que não elimina o conflito, mas o institucionaliza, reconhecendo a impossibilidade de uma identidade social plenamente unificada.

A partir desse processo, configura-se a emergência de um povo que não pode mais ser plenamente capturado ou domesticado por uma instância de poder centralizada, passando a existir em uma condição marcada pela indeterminação. Nesse contexto, a identidade coletiva deixa de se apresentar como unidade fixa e passa a ser continuamente tensionada e reconfigurada no interior do espaço político, no qual a disputa, o conflito e a pluralidade constituem elementos estruturantes da experiência democrática (LEFORT, 1981, p. 118).

Nesse contexto, embora o povo passe a ser reconhecido como titular do poder em sentido simbólico, persiste a tendência de buscar referências estáveis que possam reduzir a indeterminação própria da experiência democrática. Tal movimento expressa a dificuldade de lidar com a ausência de fundamentos absolutos, característica central das sociedades democráticas, nas quais o poder não se encontra mais ancorado em uma instância fixa.

Em resposta a essa indeterminação, emergem tentativas de estabilização do social por meio da valorização de determinados referenciais institucionais e culturais, que passam a ser investidos de forte legitimidade. Exemplos disso podem ser encontrados na centralidade atribuída a instituições como a família, a propriedade e determinadas formas de organização cultural, frequentemente mobilizadas como elementos de coesão e ordenação social.

Tais processos não implicam um retorno direto às formas absolutistas de poder, mas revelam a recorrente busca por fundamentos que possam conferir maior previsibilidade e segurança à vida social, tensionando, assim, a abertura constitutiva do espaço democrático.

Ademais, o vazio simbólico característico dos regimes democráticos não deve ser compreendido como uma deficiência, mas como condição constitutiva de sua própria dinâmica



(LEFORT, 1981). É precisamente essa indeterminação que possibilita a emergência de perspectivas divergentes, promovendo a pluralidade de ideias e a abertura ao dissenso, elementos fundamentais para a vitalidade do espaço público. Nesse sentido, a centralidade não reside na eliminação do conflito, mas na garantia de condições igualitárias de participação, que permitam a confrontação de posições ancoradas em processos reflexivos.

O risco, contudo, manifesta-se quando essa indeterminação deixa de operar no plano simbólico e se traduz em desengajamento prático dos indivíduos em relação à vida política (LEFORT, 1981). Nesses casos, a fragilização da participação cidadã e a retração do interesse pelo espaço público contribuem para o enfraquecimento das estruturas democráticas, abrindo espaço para a emergência de discursos que prometem restaurar unidade e estabilidade social.

Tais discursos frequentemente se organizam em torno da construção de uma identidade coletiva homogênea — o chamado Povo-Uno<sup>6</sup> —, que busca suprimir a pluralidade constitutiva da sociedade (LEFORT, 1981). Nesse processo, a figura do outro, enquanto interlocutor legítimo e portador de perspectivas distintas, é progressivamente deslegitimada, sendo substituída por uma lógica de uniformização que reduz a diversidade a uma ameaça a ser contida.

Essa tendência à construção de uma unidade fictícia do corpo social também é observada em análises contemporâneas sobre o populismo. Conforme destaca Jan-Werner Müller, discursos populistas operam a partir da reivindicação de representar o “verdadeiro povo”, excluindo, simultaneamente, aqueles que não se alinham a essa construção identitária. Tal dinâmica reforça a homogeneização do espaço político e enfraquece a legitimidade do dissenso, aproximando-se, em certos aspectos, das lógicas de exclusão características de regimes totalitários (MÜLLER, 2016).

Como consequência, consolida-se uma dinâmica na qual a diferença é esvaziada e a reprodução de discursos hegemônicos se torna predominante, comprometendo as condições de possibilidade do diálogo e da crítica. Nesse horizonte, o totalitarismo pode emergir sob a aparência de defesa dos próprios valores democráticos, mobilizando discursos de proteção e coesão que, paradoxalmente, operam no sentido de restringir a pluralidade e a liberdade que constituem a base da democracia (LEFORT, 1981).

## **5 A INCLUSÃO DO OUTRO EM HABERMAS E O SISTEMA TOTALITÁRIO EXCLUDENTE**

Partindo das contribuições de Claude Lefort acerca da indeterminação constitutiva da democracia e das implicações da uniformização do pensamento, torna-se possível avançar para a abordagem desenvolvida por Jürgen Habermas, especialmente no que se refere à autonomia dos indivíduos e à dimensão emancipatória da comunicação na sociedade moderna. Inserido no contexto

---

<sup>6</sup> Conceito utilizado por Claude Lefort para designar a construção ideológica de uma unidade fictícia do corpo social.



da segunda geração da Escola de Frankfurt, Habermas propõe uma reformulação da filosofia da linguagem, atribuindo centralidade ao papel do diálogo na constituição de práticas sociais orientadas pelo entendimento.

Nesse sentido, o autor distingue diferentes formas de conhecimento, entre as quais se destacam aquelas orientadas por interesses técnicos, práticos e emancipatórios (HABERMAS, 1999). A perspectiva emancipatória, em particular, está vinculada à reflexão crítica sobre as condições de dominação, sendo a compreensão dessas estruturas o primeiro passo para sua superação. Assim, a racionalidade não é concebida como instância neutra e desvinculada do contexto social, mas como processo intrinsecamente relacionado aos interesses que orientam a produção do conhecimento.

A partir dessa concepção, Habermas desenvolve a ideia de racionalidade comunicativa, segundo a qual o entendimento mútuo entre os sujeitos se realiza por meio do uso da linguagem em condições de argumentação livre de coerções. Embora a chamada “situação ideal de fala” não se concretize plenamente no plano empírico, ela funciona como horizonte normativo que orienta práticas comunicativas voltadas à validade dos argumentos e ao reconhecimento recíproco entre os interlocutores.

Nesse contexto, a noção de intersubjetividade — posteriormente aprofundada como “inclusão do outro” — assume papel central, ao evidenciar que a construção de consensos legítimos depende da participação de sujeitos livres e iguais no processo comunicativo. A democracia, sob essa perspectiva, não se reduz a um conjunto de procedimentos formais, mas se fundamenta na abertura ao diálogo, na possibilidade de questionamento e na disposição para considerar perspectivas diversas.

No contexto contemporâneo, tais questões ganham novas dimensões com o advento das tecnologias digitais e das redes de comunicação. Conforme analisa Manuel Castells, a estrutura em rede das sociedades atuais amplia as possibilidades de participação e circulação de discursos, mas também potencializa a disseminação de narrativas polarizadas e a formação de espaços comunicativos fragmentados. Nesse cenário, os desafios à construção de uma esfera pública orientada pelo diálogo tornam-se ainda mais complexos, exigindo a constante reafirmação de práticas comunicativas inclusivas (CASTELLS, 2013).

Em convergência com as análises de Lefort, Habermas aponta que a exclusão do outro constitui um dos elementos centrais das dinâmicas totalitárias. A negação da pluralidade, a construção de fronteiras rígidas entre grupos e a hierarquização de culturas comprometem a interdependência entre os indivíduos e inviabilizam a formação de um espaço público inclusivo. Desse modo, a ausência de condições igualitárias de participação no discurso implica a erosão das bases democráticas, uma vez que, onde não há reconhecimento mútuo entre os sujeitos, não há possibilidade efetiva de democracia.



## 6 CONCLUSÃO

Conforme delineado ao longo do artigo, não se pretendeu esgotar as contribuições dos autores analisados, mas evidenciar a centralidade da linguagem e do discurso na constituição das relações sociais e políticas, bem como sua implicação direta na manutenção ou no enfraquecimento de regimes democráticos. A partir das reflexões de Michel Foucault e Ludwig Wittgenstein, foi possível compreender a linguagem como prática social situada, na qual se produzem sentidos, se organizam saberes e se estabelecem critérios de validade que orientam a interação entre os sujeitos.

Em continuidade, as análises de Hannah Arendt e Claude Lefort permitiram identificar os mecanismos pelos quais o totalitarismo se estrutura, especialmente por meio da supressão da pluralidade, da construção de uma unidade fictícia do corpo social e da deslegitimação do outro como interlocutor válido. Nesse contexto, evidenciou-se que a fragilização do espaço público e a internalização de discursos homogêneos comprometem as condições de possibilidade do pensamento crítico e da participação democrática.

Por sua vez, a perspectiva de Jürgen Habermas ofereceu um horizonte normativo a partir do qual se pode reafirmar a importância do diálogo, da intersubjetividade e da inclusão do outro como fundamentos da democracia. A comunicação orientada pelo entendimento, ainda que não plenamente realizável em termos ideais, constitui parâmetro essencial para a construção de práticas sociais baseadas no reconhecimento mútuo e na legitimidade discursiva.

Desse modo, sustenta-se que a manutenção de ambientes democráticos depende diretamente da preservação da pluralidade discursiva, da abertura ao dissenso e do reconhecimento da alteridade como elemento constitutivo da vida social. Em contrapartida, contextos marcados pela homogeneização do pensamento, pela centralização do poder e pela naturalização de discursos excludentes tendem a favorecer a emergência de dinâmicas autoritárias.

Assim, a valorização do diálogo e da reflexão crítica não se apresenta apenas como exigência teórica, mas como condição prática para o fortalecimento da democracia, na medida em que possibilita aos indivíduos reconhecerem-se como sujeitos políticos ativos, capazes de participar da construção coletiva do espaço público.

Em última análise, a defesa da pluralidade e do diálogo não se apresenta apenas como exigência teórica, mas como imperativo normativo para a preservação das condições de possibilidade da própria democracia.



**REFERÊNCIAS**

- ARENDDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. Tradução de Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- HABERMAS, Jürgen. *Teoría de la acción comunicativa: racionalidad de la acción y racionalización social*. Madrid: Taurus, 1999. v. 1.
- HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*. Tradução de Márcia Sá Cavalcante Schuback. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.
- LEFORT, Claude. *A invenção democrática: os limites do totalitarismo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- MACHADO, Roberto. *Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Foucault*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.
- MÜLLER, Jan-Werner. *O que é populismo?* São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- ŽIŽEK, Slavoj. *O mais sublime dos histéricos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*. Tradução de M. Montagnolli. Petrópolis: Vozes, 1996.

